



Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

Resumo

Estabelece os critérios e procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

Sumário

1. Objetivo	2
2. Público-alvo.....	2
3. Análise do Risco de Utilização da Instituição para Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo	2
4. Monitoramento de Pessoas Sujeitas aos Mecanismos de Controle de PLD/CFT	2
4.1. Conheça seus intervenientes (Clientes / Parceiros / Fornecedores / Empregados)	3
4.2. Lista Restritiva Interna	6
4.3. Processo de Sanitização de Cadastro	6
5. Monitoramento de Operações	6
5.1. Monitoramento de Operações Suspeitas.....	7
5.2. Monitoramento de Pessoas Expostas Politicamente (PEP).....	8
5.3. Monitoramento Reforçado	8
5.4. Procedimentos Especiais para Monitoramento das Operações de Câmbio	8
6. Testes de Cadastro e atualização da base de clientes	9
7. Comunicações ao COAF.....	9
7.1. Depósitos/saques em espécie e superiores a R\$ 100 mil	9
7.2. Emissão ou recarga de cartões pré-pagos em montante acumulado igual ou superior a R\$100 mil	10
7.3. Operações atípicas (v. GRC-10, item 4.5)	10
8. Treinamento em PLD	10
9. Referência cruzada com outros Instrumentos Normativos	11
10. Alinhamento aos Aspectos Regulatórios e Normativos.....	12
11. Informações de Controle	12

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

1. Objetivo

Estabelecer os critérios e procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Combate ao Financiamento do Terrorismo (CFT).

2. Público-alvo

Todos os colaboradores envolvidos nos processos de controle para Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

3. Análise do Risco de Utilização da Instituição para Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo

A análise do risco leva em consideração os fatores de riscos associados ao cadastro e à operação, conforme descritos no **Anexo A – Fatores de Riscos à Exposição de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo**.

A combinação desses fatores de riscos indica uma classificação do risco associada à Pessoa Sujeita aos Mecanismos de Controle de PLD/CFT (v. **item 4**), conforme descrito no **Anexo B – Matriz de Avaliação de Riscos à Exposição de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo**, item 1.

Para compor a análise do risco associado aos **parceiros de negócio**, podem ser solicitadas diligências especiais por intermédio de questionários baseados nas recomendações do **Wolfsberg Group** (v. **Anexo G – Questionário de PLD/CFT / Anti-Money Laundering Questionnaire**) e a entrevista pessoal conduzida pelo **Compliance Corporativo**, com a respectiva formalização no **Anexo I – Due Diligence de Parceiros de Negócio**. Alternativamente a essa entrevista, podem ser considerados os relatórios emitidos por auditoria independente posicionando-se quanto à efetividade dos controles internos de PLD/CFT da instituição.

No caso de **clientes**, a diligência especial pode limitar-se a uma entrevista pessoal conduzida pelo **gestor do relacionamento** e respectiva formalização no **Anexo H – Formulário Due Diligence para Clientes**.

De acordo com a classificação do risco, são definidas as recomendações, conforme diretrizes descritas no **Anexo B – Matriz de Avaliação de Riscos à Exposição de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo**, item 2.

4. Monitoramento de Pessoas Sujeitas aos Mecanismos de Controle de PLD/CFT

Procedimentos Gerais

- a) Por Pessoa Sujeita aos Mecanismos de Controle de PLD/CFT, entenda-se:
 - Cliente Pessoa Física (v. **GRC-10, item 3.2.1**)
 - Cliente Pessoa Jurídica e respectivos beneficiários finais (v. **GRC-10, item 3.2.2**)
 - Fornecedores de produtos ou prestadores de serviços (v. **GRC-10, item 3.2.3**)
 - Colaboradores (v. **GRC-10, item 3.2.4**)
 - Parceiros de Negócio (v. **GRC-10, item 3.2.5**)
- b) Identificar a Pessoa Sujeita aos Mecanismos de Controle de PLD/CFT
 - Obter CPF / CNPJ
 - Eliminar possibilidade de homônimos
 - Identificar domicílio
 - No caso de Pessoa Jurídica, identificar os **beneficiários finais** (v. **GRC-10, item 3.2.2**).
- c) Verificar restrições relacionadas à Pessoa Sujeita aos Mecanismos de Controle de PLD/CFT
 - Conferir se está contida no **Anexo F – Relação de Pessoas com Restrições de Relacionamento**.
 - Conferir se está listada pelo sistema **Risk Money Management System** (obter junto ao Departamento de Compliance Corporativo instruções de como efetuar o acesso a esse sistema).
 - Confirmar se o cliente ou proponente é considerado PEP (v. **GRC-10, item 3.2.6**)
- d) Verificar se a Pessoa Sujeita aos Mecanismos de Controle de PLD/CFT:
 - Enquadra-se nas recomendações do GAFI/FATF, conferindo o **Anexo E – Jurisdições com recomendações do GAFI/FATF**.
 - Possui apontamentos relacionados ao risco de Responsabilidade Socioambiental (v. **GRC-21 – Política de Responsabilidade Socioambiental**).
 - Está listado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**) – Portal da Transparência, de forma a atender as determinações da **Lei 12.846/2013** (Lei da Empresa Limpa)

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

- Está listado no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (**CEPIM**) – Portal da Transparência, que tem por objetivo consolidar e divulgar relação das entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a administração pública federal, nos termos do **Decreto nº. 7592/2011**.
- e) Nos casos em que existam apontamentos no sistema Risk Money Management System, o Departamento Compliance Corporativo efetua pesquisa mais aprofundada do cliente, verificando a existência de notícias desabonadoras divulgadas na Internet e/ou processos nos tribunais de justiça envolvendo a Pessoa Sujeita aos Mecanismos de Controle de PLD/CFT.
- f) Pessoa Exposta Politicamente (PEP) – Identificação:
 - **Departamento de Cadastro**
 - i. Obter do cliente, na ficha cadastral, declaração se o mesmo é Pessoa Exposta Politicamente.
 - ii. Confirmar essa declaração, consultando o sistema Risk Money Management System.
 - iii. Em caso afirmativo, efetuar a marcação de PEP nos sistemas cadastrais internos (Matera / Sinacor) e comunicar ao Departamento de Compliance Corporativo.
 - iv. Em caso de dúvidas, consultar o Departamento de Compliance Corporativo.
 - **Departamento de Compliance Corporativo**
 - i. A rotina de monitoramento, utilizando Arbutus Analyzer, realiza mensalmente o cruzamento dos clientes que operaram no Banco Paulista e/ou Socopa, contra a lista de controle de PEP do Compliance Corporativo, com o objetivo de se verificar:
 - Falhas de qualificação do cliente no início do relacionamento.
 - Alteração de status do cliente após início do relacionamento.
 - ii. Em se identificando necessidade de alterações cadastrais, o Departamento de Cadastro é acionado para sua correção.
 - iii. Incluir os clientes identificados como PEPs no regime de Monitoramento Reforçado (v. **item 5.3**).
 - iv. Através do processo de Sanitização (v. **item 4.6**) efetuar a conferência da lista oficial de PEPs
 - v. Mensalmente, enviar ao Departamento de Cadastro os relatórios de monitoramento para análise e correção das inconsistências cadastrais.
- g) Avaliações submetidas ao Comitê de PLD/CFT:
 - KYC: Avaliação de clientes e/ou operações que apresente indicação de risco de LD/FT ALTA, MUITO ALTA ou CRÍTICA e o posicionamento do responsável pelo relacionamento seja divergente da área de PLD/CFT ou omissão.
 - KYP / KYS: Aceitação de parceiros comerciais ou fornecedores que apresente indicação de riscos de LD/FT ALTA, MUITO ALTA ou CRÍTICA e o posicionamento do responsável pelo relacionamento seja divergente da área de PLD/CFT ou omissão.
 - Monitoramento de PLD: Manutenção de clientes apontados pelo processo de monitoramento de transações e deliberações quanto às propostas de comunicação ao COAF.
 - A assunção do risco associado e ações de mitigação são definidas conforme **Anexo B – Matriz de Avaliação de Riscos à Exposição de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, item 2**.

4.1. Conheça seus intervenientes (Clientes / Parceiros / Fornecedores / Empregados)

4.1.1. Know Your Customer - KYC (Conheça seu Cliente)

Caracterização

Elegibilidade	Clientes Pessoa Física (v. GRC-10, item 3.2.1) Clientes Pessoa Jurídica (v. GRC-10, item 3.2.2)
Formulários	Anexo J – Formulário KYC Anexo H1 – Formulário Due Diligence – Cliente Anexo H2 – Formulário Due Diligence - Corretora De Câmbio Declaração de Beneficiário Final (Departamento de Cadastro)

Procedimentos

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

- O processo inicia-se através da consulta de apontamentos no sistema **Risk Money Management System** em nome das PJs ou PFs envolvidas. Se confirmado, o Departamento de Compliance Corporativo – PLD efetua análise aprofundada do cliente ou proponente.
- Para os casos em que as informações dos clientes não forem comprovadas ou devidamente identificadas (por exemplo, capacidade financeira e origem dos recursos movimentados), solicitar ao gestor de relacionamento a realização de entrevista pessoal com o cliente ou *prospect* e o preenchimento do **Anexo H1 – Formulário Due Diligence – Cliente**. Além disso, se os **beneficiários finais** não forem identificados, também deverá ser preenchida a **Declaração de Beneficiário Final** fornecida pela área de Cadastro.
- No caso de Corretoras de Câmbio, preencher o **Anexo H2 – Formulário Due Diligence - Corretora De Câmbio**.
- Analisar a fundamentação econômica da operação realizada ou proposta, solicitando, quando necessário, detalhamento junto ao gestor do relacionamento.
- Classificar o risco de exposição à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, conforme **item 3**.
- Emitir parecer, via **Anexo K1 – Formulário KYC**, com o resultado da classificação de risco e as propostas de recomendações para mitigação desse risco.
- Obter parecer do gestor do relacionamento em relação às recomendações propostas, quando forem restritivas.
- Os casos em que a análise do cliente e/ou operação apresente indicação de risco de LD/FT ALTA, MUITO ALTA ou CRÍTICA o posicionamento do responsável pelo relacionamento seja divergente da área de PLD/CFT ou omisso, devem ser encaminhados ao Comitê de PLD/CFT (v. **GRC-02 – Estruturas de Governança do Banco Paulista e Socopa**)
- Os demais casos devem ser encaminhados para aprovação do Diretor responsável pelas ações de controle de PLD e CFT.

Para início do processo de análise de Clientes, são obrigatórios os seguintes documentos, dependendo do tipo de pessoa, conforme tabela a seguir:

Tipo de Pessoa	Documentação Mínima							
	1	2	3	4.	5.	6.	7	8.
Clientes PF	✓	✓						
Empresas Ltda.	✓	✓	✓					
Empresas S/A de capital aberto	✓	✓		✓	✓	✓		
Empresas S/A de capital fechado	✓	✓	✓					
Fundos de Investimento	✓	✓	✓				✓	✓
Não residentes PF	✓	✓						
Não residentes PJ	✓	✓	✓					

Relação de documentação mínima:

- Ficha cadastral completa, validada pelo Departamento de Cadastro.
- Consulta Risk Money do cliente/parceiro/fornecedor, incluindo a cadeia societária, no caso de PJ. Incluir também as pesquisas referente(s) ao(s) procurador(es)/Representante(s), caso existam.
- Identificação dos beneficiários finais, incluindo as empresas que compõem a cadeia societária ou declaração assinada pelo gestor do relacionamento, conforme regras do Departamento de Cadastro.
- Composição do Conselho de Administração.
- Composição da Diretoria Executiva.
- Código da ação e bolsa na qual são negociadas.
- Identificação do Administrador do Fundo e respectivos beneficiários finais. Caso a empresa administradora do Fundo seja uma S.A. de capital aberto, identificar a composição do quadro diretivo (Conselheiros e Diretores Executivos).
- Identificação dos cotistas (no caso de fundos administrados pela Socopa)

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

4.1.2. Know Your Supplier - KYS (Conheça seu Fornecedor)

Caracterização

Elegibilidade Fornecedores de produtos ou prestadores de serviço (v. GRC-10, item 3.2.3), que não se enquadram nas seguintes situações:

- Órgão fiscalizador
- Distratos
- Termos de adesão
- Acordos de Confidencialidade
- Participação do Banco Paulista e/ou Socopa em eventos e exposições
- Empresas: Banco Paulista e Socopa

Formulário Anexo K2 – Formulário KYS / KYP

Procedimentos

- Obter a documentação definida pelo Instrumento Normativo Interno **SOP-62 – Gestão de Contratos de Fornecedores de Bens e/ou de Serviços e de Locações, item 4.1.**
- Preencher ficha cadastral.
- Emitir parecer, via **Anexo K2 – Formulário KYS / KYP**, com o resultado da classificação de risco e as propostas de recomendações para mitigação desse risco.
- Obter parecer do gestor solicitante em relação às recomendações propostas, quando forem restritivas.
- Os casos em que a análise do fornecedor apresente indicação de risco de LD/FT **ALTA, MUITO ALTA** ou **CRÍTICA** o posicionamento do responsável pelo relacionamento seja divergente da área de PLD/CFT ou omissão, devem ser encaminhados ao Comitê de PLD/CFT (v. **GRC-02 – Estruturas de Governança do Banco Paulista e Socopa**)
- Os demais casos devem ser encaminhados para aprovação do Diretor responsável pelas ações de controle de PLD e CFT.

4.1.3. Know Your Partner - KYP (Conheça seu Parceiro)

Caracterização

Elegibilidade Fornecedores de produtos ou prestadores de serviço (v. GRC-10, item 3.2.3), que não se enquadram nas seguintes situações:

- Órgão fiscalizador
- Distratos
- Acordos de Confidencialidade
- Participação do Banco Paulista e/ou Socopa em eventos e exposições
- Fornecimento de produtos ou serviços com tarifas diferenciadas para os colaboradores do Banco Paulista ou Socopa
- Empresas: Banco Paulista e Socopa

Formulário Anexo K2 – Formulário KYS / KYP
Anexo G – Questionário de PLD/CFT / Anti-Money Laundering Questionnaire
Anexo I – Formulário Due Diligence – Parceiro de Negócios

Procedimentos

- Conforme o tipo e natureza da parceria, considerar a pertinência de solicitar a documentação definida pelo Instrumento Normativo Interno **SOP-62 – Gestão de Contratos de Fornecedores de Bens e/ou de Serviços e de Locações, item 4.1.**
- Preencher ficha cadastral.
- Avaliar as respostas do parceiro de negócio no **Anexo G – Questionário de PLD/CFT / Anti-Money Laundering Questionnaire.**
- Se necessário, realizar entrevista pessoal com os responsáveis pelos controles de PLD/CFT do parceiro e preencher o **Anexo H3 – Formulário Due Diligence – Parceiro de Negócios.**
- Se necessário, solicitar parecer de **auditoria independente** quanto aos controles de PLD/CFT do parceiro.

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

- h) Emitir parecer, via **Anexo K2 – Formulário KYS / KYP**, com o resultado da classificação de risco e as propostas de recomendações para mitigação desse risco.
- i) Obter parecer do gestor do relacionamento em relação às recomendações propostas, quando forem restritivas.
- j) Os casos em que a análise do parceiro comercial apresente indicação de risco de LD/FT **ALTA, MUITO ALTA** ou **CRÍTICA** o posicionamento do responsável pelo relacionamento seja divergente da área de PLD/CFT ou omissão, devem ser encaminhados ao Comitê de PLD/CFT (v. **GRC-02 – Estruturas de Governança do Banco Paulista e Socopa**)
- k) Os demais casos devem ser encaminhados para aprovação do Diretor responsável pelas ações de controle de PLD e CFT.
- l) Em se tratando de gestores de fundos, além da documentação básica, solicitar também Questionário Due Diligence da ANBIMA e o **Anexo G - Questionário de Prevenção à Lavagem de Dinheiro**, além de confirmar junto à CVM a autorização para o desempenho da atividade ou processos administrativos em nome da PJ ou Diretor responsável que possam ser prejudiciais ao relacionamento.
- m) Para Bancos estrangeiros, contrapartes em operações de câmbio, além da documentação básica, solicitar documentação complementar com a finalidade de:
 - Conhecer os procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro adotados;
 - Certificar-se que tenha presença física no país onde está constituída e licenciada e;
 - Que não seja afiliada a nenhum grupo de serviços financeiros que seja objeto de efetiva supervisão por órgãos reguladores (texto dado pela Circular 3.691 do Banco Central do Brasil).

4.1.4. Know Your Employee - KYE (Conheça seu Funcionário)

Caracterização

Elegibilidade	Colaboradores do Banco Paulista e Socopa (v. GRC-10, item 3.2.4)
Periodicidade	Na admissão/contratação Anualmente

Procedimentos

- a) Na contratação de novo colaborador, o departamento de RH, efetua pesquisa de antecedentes criminais e de idoneidade financeira (Serasa-SPC), cabendo ao departamento o veto na contratação de candidatos que não atendam às regras definidas em **GRC-09 - Código de Ética e Padrões de Conduta Profissional** e **GRC-10 – Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo**.
- b) Semestralmente, no processo de sanitização (v. **item 4.3**), o Departamento de Compliance Corporativo efetua os procedimentos gerais de monitoração para cada colaborador e encaminha à alta administração os resultados dos testes aplicados, juntamente com parecer, caso existam eventuais apontamentos negativos.

4.2. Lista Restritiva Interna

Para os clientes, fornecedores de produtos, prestadores de serviços e parceiros de negócio cuja avaliação de risco leve a uma recomendação de não início ou encerramento de relacionamento, o Compliance Corporativo efetua sua inclusão no **Anexo F – Relação de Pessoas com Restrições de Relacionamento**.

Esse anexo está disponível somente ao Departamento de Cadastro e à Diretoria.

4.3. Processo de Sanitização de Cadastro

Realizado semestralmente, a base de clientes, funcionários, parceiros e fornecedores do Banco Paulista e Socopa é avaliada contra a base de apontamentos do sistema Risk Money Management System.

As ocorrências apontadas são analisadas pelo Departamento de Compliance Corporativo, que inclui o acolhimento das justificativas dos gestores do relacionamento e a emissão de recomendações para mitigar o risco de exposição à Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo.

5. Monitoramento de Operações

Para o monitoramento de operações, o Banco Paulista e a Socopa utilizam o **Software Arbutus Analyzer**.

Essa ferramenta faz interface com os seguintes sistemas internos:

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

- a) **Matera:** cadastro de clientes e operações.
- b) **Exchange:** operações de câmbio do Banco Paulista e Socopa.
- c) **Sinacor:** cadastro de clientes e operações do segmento mercado de capitais.
- d) **CCME:** Conta corrente em moeda estrangeira.
- e) **YMF:** movimentação de cotistas de fundos de investimentos.

A rotina operacional de geração dos relatórios de monitoramento está descrita no **Anexo D – Operacionalização do Sistema de Monitoramento**. Os filtros relacionados às regras que exigem especial atenção a serem processadas pelo *Arbutus Analyzer* estão descritos no **Anexo C – Filtros de Operações para Monitoramento de PLD/CFT**.

5.1. Monitoramento de Operações Suspeitas

Caracterização

Elegibilidade Alertas emitidos por conta de questões cadastrais e movimentação financeira dos clientes, referentes à data-base do mês imediatamente anterior ao mês de emissão do Relatório Mensal de PLD.

Periodicidade Mensal, com início no dia 10 do mês de emissão do Relatório Mensal de PLD, e término no 5º dia útil do mês subsequente ao da emissão desse relatório.

Procedimentos

5.1.1. Fase 1: Preparação dos dados

- **Data de início:** 5º. dia útil, referente à data-base do mês anterior.
- **Gestão dos Critérios de Alerta (v. Anexo D, item 5 – Relatório de Priorização de Alertas - RPA)**
 - a) Avaliar a necessidade de ajustes nos pesos dos critérios de alerta
 - ✓ **Histórico**
 - ✓ **Movimento**
 - ✓ **Perfil**
 - ✓ **Cadastro**

5.1.2. Fase 2: Geração de Alertas (“red flags”)

- **Data de início:** Dia 10, referente à data-base do mês anterior ao da emissão do Relatório Mensal de PLD.
- **Agrupamento dos alertas**
 - a) Agrupar os alertas conforme as seguintes condições (**v. Anexo D, item 6 – Tipos de Alertas e Tratamento**):
 - ✓ **Tipo 0:** clientes em que não foram identificados indícios de problemas cadastrais ou de movimentação incompatível.
 - ✓ **Tipo 1:** clientes cujo alerta foi gerado por questões relacionadas a preenchimento de cadastro.
 - ✓ **Tipo 2:** clientes que possuem avaliação prévia de KYC.
 - ✓ **Tipo 3:** clientes que NÃO possuem avaliação prévia de KYC (primeiro apontamento)
 - ✓ **Tipo 4:** clientes cujos registros nos sistemas apresentam inconsistências em relação às indicações do Departamento de Compliance Corporativo e do Limite Operacional de Câmbio

5.1.3. Fase 3: Análise e tratamento de Alertas

- **Data de início:** Dia 10, referente à data-base do mês anterior ao da emissão do Relatório Mensal de PLD.
- **v. Anexo D, item 6 – Tipos de Alertas e Tratamento**
- **Tratamento dos alertas Tipo 1 (Cadastro)**
 - a) Encaminhar para o Departamento de Cadastro para atualização.
- **Tratamento dos alertas Tipo 2 (Clientes / parceiros / fornecedores com avaliação anterior)**
 - a) Encaminhar para os gestores de relacionamento as informações relacionadas à avaliação inicial de KYC, à(s) operação(ões) e aos critérios que geraram o alertas para colher justificativas e posicionamento quanto aos apontamentos, por intermédio do **Anexo L– Monitoramento de Operações**.

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

- **Tratamento dos alertas Tipo 3 (Clientes / parceiros / fornecedores com avaliação anterior)**
 - a) Efetuar análise Conheça seu Interveniente (KYC / KYS / KYP), conforme o caso (v. **item 4.1**).
 - b) Encaminhar para os gestores de relacionamento as informações relacionadas à avaliação inicial de KYC, à(s) operação(ões) e aos critérios que geraram o alertas para colher justificativas e posicionamento quanto aos apontamentos, por intermédio do **Anexo L – Monitoramento de Operações**.
- **Tratamento dos alertas Tipo 4 (Risco Operacional)**
 - a) Registrar ocorrência no Sistema OpAdvanced e alinhar plano de ação para mitigação da situação detectada.
- **Avaliação do posicionamento dos gestores do relacionamento**
 - a) Os casos em que a análise do cliente e/ou operação apresente indicação de risco de LD/FT **ALTA, MUITO ALTA** ou **CRÍTICA** o posicionamento do responsável pelo relacionamento seja divergente da área de PLD/CFT ou omissão, devem ser encaminhados ao **Comitê de PLD/CFT** (v. **GRC-02 – Estruturas de Governança do Banco Paulista e Socopa**)
 - b) Os demais casos devem ser encaminhados para aprovação do Diretor responsável pelas ações de controle de PLD e CFT.

5.1.4. Fase 4: Encerramento do Ciclo de Monitoramento

- **Data de início:** 5º dia útil do mês subsequente ao do mês de emissão do Relatório Mensal de PLD.
- **Atualização dos status dos alertas emitidos**
 - a) Atualizar os status dos alertas conforme **Anexo D, item 6 – Tipos de Alertas e tratamento**.
- **Arquivamento do monitoramento sem avaliação**
 - a) A situação em que os clientes que não puderam ser avaliados no período-base será considerada como ponderador para os alertas dos próximos períodos (v. **Anexo D, item 7 – Recorrência do Alerta**).

5.2. Monitoramento de Pessoas Expostas Politicamente (PEP)

No sistema de monitoramento há regras específicas (vide **Anexo D – Operacionalização do Sistema de Monitoramento**) para especial acompanhamento das transações realizadas pelos clientes qualificados como PEP na lista de controle do Compliance Corporativo.

O Departamento de Compliance Corporativo, semestralmente via sanitização, atualiza a relação de clientes PF e PJ consideradas PEP e disponibiliza para o Departamento de Cadastro atualizar estas informações no sistema Matera.

5.3. Monitoramento Reforçado

Procedimentos

- **Inclusão do cliente no regime de Monitoramento Reforçado**
 - a) Os clientes que, após avaliação do risco, possuam recomendação de regime de Monitoramento Reforçado são incluídos na lista de controle do Compliance Corporativo e também direcionados ao departamento de Cadastro para o devido registro no sistema Matera.
- **Monitoramento de Operações**
 - a) Todas as operações dos clientes marcados com o regime de Monitoramento Reforçado e cuja classificação de gravidade for relevante para priorização da análise são selecionadas pelo sistema de monitoramento, independentemente de valor ou natureza, para análise.
 - b) Executar os procedimentos de monitoramento de operações suspeitas, conforme descrito no **item 5.1**.
- **Exclusão do cliente sob regime de Monitoramento Reforçado**
 - a) Após o acompanhamento sistemático, ao longo do tempo, das operações dos clientes, sob regime de Monitoramento Reforçado, poderá ser realizada pelo Compliance Corporativo, nova avaliação do risco do mesmo e, em função desse resultado, poderá se decidir pela exclusão do cliente dessa condição especial de monitoramento.

5.4. Procedimentos Especiais para Monitoramento das Operações de Câmbio

- **Cadastramento de clientes**

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

- a) Os Instrumentos Normativos Internos da área de câmbio preveem a adequada identificação de seus clientes em conformidade à regulamentação vigente.
- **Operações**
 - a) Verificação dos limites operacionais estabelecidos.
 - b) **Verificação de Ordens contra Listas de Sanções (OFAC, GAFI/FATF e outras):** as ordens de câmbio enviadas e recebidas do exterior, antes de efetivadas, são checadas contra listas de sanções internacionais. Esse processo é realizado pela área de Câmbio através do módulo *Safewatch Filtering*, integrado ao sistema *Swift*.
 - c) Indicadores de monitoramento específicos para acompanhamento das operações de câmbio, conforme **Anexos C – Filtros de Operações para Monitoramento de PLD/CFT e D – Operacionalização do Sistema de Monitoramento**.

6. Testes de Cadastro e atualização da base de clientes

Em atendimento da Circular 3.461/2009, art. 2º, inciso V, parágrafo 5º, o Compliance Corporativo efetua testes periódicos para verificação da adequação dos dados cadastrais dos clientes do Banco Paulista e Socopa, conforme descrito nos procedimentos a seguir.

Procedimentos

- **Identificação de registros de cadastro com falhas**
 - a) O sistema de monitoramento identifica os registros de cadastros com falhas ou inconsistências dos clientes cadastrados no sistema cadastral Matera, conforme filtros descritos no **Anexo D – Operacionalização do Sistema de Monitoramento**.
- **Análise do alerta e correção do cadastro**
 - a) O Compliance Corporativo encaminha os registros com problemas cadastrais, mensalmente, ao Departamento de Cadastro para sua regularização.
 - b) O Compliance Corporativo acompanha e reporta, periodicamente à Diretoria, o Índice de Conformidade Cadastral (ICC) que afere o grau de conformidade dos registros cadastrais do Banco Paulista e Socopa.
- **Avaliação do processo de apuração do ICC**
 - a) A **auditoria interna** realiza periodicamente testes de verificação que assegurem a adequação e frequência do processo de apuração do ICC.

7. Comunicações ao COAF

Na comunicação ao COAF, deve-se considerar:

- a) A Empresa (Banco Paulista e Socopa) na qual foram identificadas as operações a serem comunicadas.
- b) Qual mercado/regulador relaciona-se a operação a ser comunicada: ao Conselho de Controle de Operações Financeiras (COAF) ou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
 - Se a operação pertencer ao rol de regulamentação do **COAF**, no momento de operacionalizar a comunicação, selecionar a opção **SFN-Atípicas**, no campo segmento, do sistema SISCOAF.
 - Se a operação pertencer ao rol de regulamentação da **CVM**, no momento de operacionalizar a comunicação, selecionar a opção **CVM-Comissão de Valores Mobiliários**, no campo segmento, do sistema SISCOAF. Nessa situação o COAF também deverá ser comunicado da mesma situação.

7.1. Depósitos/saques em espécie e superiores a R\$ 100 mil

- a) O Departamento de Contabilidade comunica ao COAF as operações de depósito ou saque em espécie cujo montante seja igual ou superior a R\$ 100 mil.
- b) Após a comunicação ao COAF, o Departamento de Contabilidade envia cópia da mesma ao Compliance Corporativo.

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

7.2. Emissão ou recarga de cartões pré-pagos em montante acumulado igual ou superior a R\$100 mil

- a) As operações de emissão ou recarga de cartões pré-pagos em montante acumulado em um ou mais cartões, ao longo do mês calendário, igual ou superior a R\$100 mil ou o equivalente em moeda estrangeira devem ter aprovação formal dos gestores da área de câmbio via sistema específico, que providenciam a comunicação dessas operações ao COAF.
- b) O Departamento de Contabilidade comunica ao COAF as operações de emissão ou recarga de cartões pré-pagos em montante acumulado em um ou mais cartões, ao longo do mês calendário, igual ou superior a R\$100 mil.
- c) Após a comunicação ao COAF, o Departamento de Contabilidade envia cópia da mesma ao Compliance Corporativo.

7.3. Operações atípicas (v. GRC-10, item 4.5)

- a) O Compliance Corporativo solicita ao Departamento de Contabilidade a comunicação de operação atípica ao COAF e/ou à CVM, conforme o caso, por intermédio do **Anexo M – Formulário de Comunicação ao COAF**.
- b) Após a comunicação ao COAF, o Departamento de Contabilidade envia cópia da mesma ao Compliance Corporativo.

8. Treinamento em PLD

Caracterização

Elegibilidade Colaboradores recém-admitidos, após o período de experiência, exceto quadro diretivo.
Colaboradores cujo treinamento tenha sido aplicado há mais de dois anos.

Critério de Seleção Definidos pela Diretoria

Periodicidade A cada dois anos

Responsabilidade pela aplicação Compliance Corporativo

Procedimentos

• Pré-seleção

- a) Quando da admissão de novos colaboradores, o Departamento de RH solicita ao Compliance Corporativo a sua inscrição no treinamento, após o período de experiência.
- b) Para os colaboradores dos Correspondentes Cambiais que estejam diretamente envolvidos nas operações do Banco Paulista e/ou Socopa, poderão ser aceitos comprovantes de treinamentos de PLD/CFT já realizados por outras instituições, desde que efetuado dentro de um prazo de dois anos e emitido por reguladoras de mercado ou entidades representativas, como por exemplo, ANCORD, BM&FBovespa, ANBIMA e Febraban. Caso, não possuam tal treinamento, o Departamento de Câmbio solicita ao Compliance Corporativo a sua inscrição no treinamento de PLD do Banco Paulista e Socopa.

No caso de reciclagem, serão inscritos os funcionários com curso realizado há mais de dois anos.

• Convocação

- a) Após a inscrição do colaborador pelo Compliance Corporativo, a plataforma envia e-mail com a convocação e data prevista para início e fim do treinamento.
- b) O colaborador acessa o *link* para acesso do treinamento.

• Execução

- a) O tempo estimado de conclusão do curso é de 30 minutos. O curso é composto por:
 - ✓ Material didático
 - ✓ Simulados
 - ✓ Prova de avaliação
- b) O treinando terá **30 dias** para concluir o treinamento.

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

- **Certificação**

- a) O treinando comprova sua aprovação no treinamento pela emissão de certificado, liberado após obter 70% de acerto na prova *on-line*. Esse certificado fica disponível na plataforma para acesso e controle do Compliance Corporativo.

- **Monitoramento**

- a) O Compliance Corporativo acompanha a evolução da execução dos treinamentos, informando aos gestores da equipe.

- **Suporte**

- a) O Compliance Corporativo é responsável pelo esclarecimento das dúvidas por telefone ou por e-mail.
- b) Colaboradores que por algum motivo não tenham concluído o curso no período designado devem solicitar ao Compliance Corporativo orientação de como proceder.

- **Situações Especiais**

- a) Para os colaboradores do Banco Paulista e Socopa que estiverem diretamente envolvidos com a operação do parceiro de negócio **MoneyGram**, o treinamento em referência será realizado **anualmente** de forma a atender também à regulação norte-americana.
- b) Para os colaboradores dos correspondentes bancários/cambiais que estiverem diretamente envolvidos com as operações do Banco Paulista e Socopa poderão ser aceitos comprovantes de treinamentos de PLD/CFT já realizados por outras instituições, desde que efetuado dentro de um prazo de dois anos e emitido por reguladoras de mercado ou entidades representativas, como por exemplo, ANCORD, BM&FBovespa, ANBIMA e Febraban.

9. Referência cruzada com outros Instrumentos Normativos

GRC-02 – Estruturas de Governança do Banco Paulista e Socopa

GRC-09 - Código de Ética e Padrões de Conduta Profissional

GRC-10 – Política de PLD e CFT

GRC-21 – Política de Responsabilidade Socioambiental

SOP-10 – Política de Cadastro

SCI-06/A – Anexo A: Fatores de Riscos à Exposição de LD e FT

SCI-06/B – Anexo B: Matriz de Avaliação de Riscos à Exposição de LD e FT

SCI-06/C – Anexo C: Filtros de Operações para Monitoramento de PLD e CFT

SCI-06/D – Anexo D: Operacionalização do Sistema de Monitoramento

SCI-06/E – Anexo E: Jurisdições com recomendações do GAFI/FATF

SCI-06/F – Anexo F: Relação de Pessoas com Restrições de Relacionamento

SCI-06/G – Anexo G: Questionário de PLD/CFT / Anti-Money Laundering Questionnaire

SCI-06/H1 – Anexo H1: Due Diligence – Cliente

SCI-06/H2 – Anexo H2: Due Diligence - Corretora de Câmbio

SCI-06/H3 – Anexo H3: Formulário Due Diligence – Parceiro de Negócios

SCI-06/K1 – Anexo K1: Formulário KYC

SCI-06/K2 – Anexo K2: Formulário KYS / KYP

SCI-06/L – Anexo L: Formulário de Monitoramento de Operações

SCI-06/M – Anexo M: Formulário de Comunicação ao COAF

SOP-62 – Gestão de Contratos de Fornecedores de Bens e/ou de Serviços e de Locações

Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

10. Alinhamento aos Aspectos Regulatórios e Normativos

v. GRC-10 – Política de PLD e CFT, item 6.

Normativo SARB 011/2013: Sistema de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, que estabelece diretrizes que consolidam as melhores práticas, nacionais e internacionais de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo a serem observadas pelas Signatárias, em consonância com as normas e aos mecanismos de controle existentes.

Lei 12.846/2013 – (Lei da Empresa Limpa): Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Decreto nº. 7592/2011: Determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto no 7.568, de 16 de setembro de 2011, e dá outras providências.

11. Informações de Controle

Vigência: até 29.set.2018

Registro das alterações (últimos dois anos):

Versão	Item alterado	Descrição resumida da alteração	Motivo	Dt. Publicação
09	8. / outras atualizações	Inclusão do item "Situações Especiais" e outros ajustes.	Atualização	21.dez.2015
10	4, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 5.4	Revisão dos procedimentos KYC, KYS, KYE, KYP, PEP, Sanitização e Procedimentos especiais de monitoramento das operações de câmbio.	Aprimoramento	3.jun.2016
11	4., 5.1., 7.2, 7.3, 9. e 10.	Formalização das pesquisas de reputação relacionadas à responsabilidade socioambiental e política anticorrupção. Aprimoramento do processo de monitoramento de operações suspeitas. Formalização do processo de comunicação ao COAF para operações de recarga de cartões pré-pagos.	Aprimoramento	05.dez.2016
12	4.1, 4.4, 5.1, 5.3, 8	Atualização da documentação analisada em KYC e KYP. Atualização dos procedimentos de monitoramento de operações suspeitas. Atualização dos procedimentos de treinamento de PLD.	Atualização.	24.mai.2017
13	4.g e 5.1	Detalhamento dos procedimentos de monitoramento e do Comitê de PLD/CFT.	Aprimoramento.	09.jun.2017
14	4.1.	Ajustes na elegibilidade dos processos KYP e KYS Detalhamento dos procedimentos de monitoramento Reorganização da nomenclatura dos anexos	Aprimoramento	18.ago.2017
15	6	Formalização do processo de teste cadastral	Adequação.	29.set.2017



Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

Responsáveis pelo Instrumento Normativo:

Etapa	Responsável	Contato	Unidade Organizacional
Elaboração	Newton Pereira	newton.pereira@bancopaulista.com.br	Compliance Corporativo
	Débora Garcia	debora.garcia@bancopaulista.com.br	Compliance Corporativo
Revisão	Eduardo Kuniyoshi	eduardo.kuniyoshi@bancopaulista.com.br	Compliance Corporativo
	Nelson Heleno	nelson.heleno@bancopaulista.com.br	Compliance Corporativo
Aprovação	Gerson Brito	gerson.brito@bancopaulista.com.br	Diretoria Geral Administrativa

Compliance Corporativo